



Comissão rejeita pilares da nova Previdência

Deputados, inclusive aliados, querem alterar propostas feitas por Temer

Metade da comissão especial da Câmara que analisa a reforma da Previdência se opõe à exigência de idade mínima de 65 anos para aposentadoria e a maioria dos integrantes discorda de outros pontos cruciais da proposta da gestão Temer.

Um dos eixos do projeto, a idade mínima valerá para todos os trabalhadores e acabaria com a possibilidade de aposentadoria só por tempo de contribuição, que hoje ocorre em média aos 54 anos —patamar baixo comparado a outros países.

Em levantamento da **Folha**, 18 dos 36 integrantes da comissão especial se disseram contra o mínimo de 65 anos —7 deles defendem idades inferiores. Há críticos da proposta mesmo na base governista e no PMDB, partido do presidente Temer.

Falta apoio também a mudanças no BPC (benefício pago a pobres idosos ou com deficiência), à regra de transição para mulheres a partir dos 45 anos e homens a partir dos 50 e à nova fórmula de cálculo das aposentadorias. **Mercado A13**

Clipping: Jornal Folha de S. Paulo – 01/03/2017

Reforma da Previdência atrai fundos de gestão para aposentadoria de servidor

A reforma da Previdência vai abrir um novo mercado de administração das aposentadorias de servidores públicos, e Estados e União se mexem para controlar esses recursos. Se aprovada da forma como propõe o governo, a reforma vai impor aos novos funcionários públicos de Estados e municípios um limite de aposentadoria semelhante ao do setor privado (hoje de R\$ 5.531,31). Quem ganha mais que isso e quiser aumentar a renda na velhice terá que aderir a planos complementares. Em São Paulo, a regra vale desde 2013 e a SPPrevcom já administra a aposentadoria de 19,6 mil servidores, cuja poupança soma R\$ 630 milhões. No governo federal, em vigor desde o mesmo ano, o fundo dos servidores do Executivo e do Legislativo administra a aposentadoria de 37 mil participantes, um patrimônio de R\$ 450 milhões.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 28/02/2017

Pente-fino do INSS economiza mais de R\$ 700 milhões

O pente-fino dos benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) já proporcionou uma economia de R\$ 715.432.233,00 ao Fundo da Previdência. Os recursos são referentes ao cancelamento de mais de 43 mil benefícios de auxílio-doença, autorizados pelas Medidas Provisórias 739, de julho de 2016, e 767, de janeiro de 2017. Ao todo, já foram revisados 37.323 benefícios de 108.643 pessoas convocadas por meio de carta.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 02/03/2017

Trabalhador brasileiro já ganha menos do que um chinês, aponta estudo

O salário médio pago pela indústria chinesa já supera os valores pagos aos trabalhadores de países como Brasil e México e está se aproximando rapidamente aos recebidos em Grécia e Portugal. Esse avanço é resultado de uma década de forte crescimento, em que os salários chineses triplicaram. Considerando todo o mercado de trabalho chinês, o salário por hora já supera o pago em todos os países da América Latina, com exceção do Chile, e representa cerca de 70% do pago nas economias mais fracas da zona do euro, segundo a consultoria Euromonitor International.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 27/02/2017

Na expectativa de reforma, empregador evita decisões

A possibilidade de reforma trabalhista durante o governo Temer fez com que empresas procurassem escritórios de direito trabalhista para tentar postergar desfechos de ações judiciais.

A ideia é segurar até a implementação do novo regimento jurídico.

“Há um desespero descomunal dos empresários para postergar as ações civis públicas na expectativa da nova legislação”, diz Caroline Marchi, sócia da área trabalhista do Machado Meyer.

Isso se reflete, principalmente, nas negociações com o MPT (Ministério Público do Trabalho), ela afirma.

“O clima é de expectativa. As empresas aguardam para ver quais os sentidos das mudanças”, diz Cássia Pizzotti,

sócia do Demarest.

Há uma indefinição sobre a futura validade de acordos entre o MPT e empregadores.

Não há resposta, por exemplo, para o que acontecerá com empresas que se comprometeram a não exceder o número de horas trabalhadas por dia, sob risco de multa, caso a nova lei altere a regra sobre duração da jornada.

Uma das mudanças em discussão é que os acordos firmados entre as partes, como os sindicatos, tenham preponderância sobre a lei.

Se isso passar, o MPT deverá considerar que pactos com empresas anteriores à aprovação da nova lei continuarão válidos, já que são acordos entre partes. Cada procurador decidirá se —e como— vai repactuar os termos.

Clipping: Jornal Folha de S. Paulo – 27/02/2017

Saque do FGTS abre janela para ações da Petrobras e da Vale

Com o saque das contas inativas do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), o trabalhador que tem parte do dinheiro do fundo em ações de Vale e Petrobras poderá escolher se quer resgatar todo o dinheiro ou manter as aplicações nos papéis das companhias. Se decidir manter o investimento agora, ele poderá vender as ações em qualquer momento no futuro e ficar com o dinheiro —ele não retorna para o FGTS. O saque das contas inativas do FGTS começa em 10 de março, pelos trabalhadores nascidos em janeiro e fevereiro (veja calendário). O resgate precisa ocorrer até julho. São contas inativas aquelas de empregos anteriores, dos quais o trabalhador pediu demissão ou foi demitido por justa causa. Para retirar o dinheiro, elas têm que ter ficado sem depósitos até 31 de dezembro de 2015.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 27/02/2017

Desemprego já atinge quase 13 milhões

O país fechou o trimestre encerrado em janeiro com 12,9 milhões de pessoas desocupadas, informou ontem o IBGE. A informação consta na Pnad Contínua, a pesquisa oficial de emprego do instituto. O dado refere-se ao trimestre formado pelos meses de novembro e dezembro do ano passado e janeiro deste ano. O conceito de desocupados engloba apenas os desempregados que estão em busca de oportunidade. Em dezembro, esse contingente era de 12 milhões no Brasil. A taxa de desocupação — que é o índice que mede o nível do desemprego — atingiu 12,6% no período e foi a mais alta já verificada desde o início da série histórica da pesquisa, em janeiro de 2012. O índice teve alta de 0,8 ponto percentual em relação ao verificado no trimestre encerrado em outubro, quando a taxa esteve em 11,2%. O IBGE recomenda comparação de trimestres em que não há sobreposição de meses. O desemprego subiu também na comparação anual do indicador. No trimestre encerrado em janeiro de 2016, a taxa esteve em 9,5%, alta de 3,1 pontos percentuais.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 25/02/2017



Clipping: Jornal Diário do Litoral – 27/02/2017